ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° ___/2025
EDITAL Nº ___/2025
SRP Nº ___/2025

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde
FORMA DE JULGAMENTO: Por Item
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Raissa Araújo Morais

1. OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

O objetivo desta licitação é estabelecer um quadro geral de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos, visando atender de forma eficiente às demandas regulares da Secretaria Municipal de Saúde de Coimbra-MG. Essa iniciativa busca garantir a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais, assegurando que a população tenha acesso a tratamentos adequados e de qualidade, contribuindo assim para a melhoria da saúde pública no município.

1.1 Especificação e descritivo dos itens

N° Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
1	ALLENIA 12/400 MCG c/ 60 caps (original)	CX	60	229,46	13.767,60
2	ALPRAZOLAM 1MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	75	19,69	1.476,75
3	ALPRAZOLAM 2 MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	72	29,75	2.142,00
4	ARIPRIPAZOL 10MG SUSP ORAL 150ML (GENÉRICO)	FRC	36	242,75	8.739,00
5	ARISTAB 10MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	85	240,34	20.428,90
6	ARISTAB 15MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	60	416,08	24.964,80
7	AVAMYS SPRAY NASAL C/ 120 DOSES (ORIGINAL)	FRC	50	86,24	4.312,00
8	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG C/ 28CP (GENÉRICO)	CX	180	40,77	7.338,60
9	BUSCOPAN COMPOSTO 20 COMPRIMIDOS-BUTILBROMETO DE ESCAPOLAMINA 10 MG +DIPIRONA 250MG (SIMILAR)	CX	500	30,32	15.160,00
10	CBD PRATI DONADUZZI 50MG/ML C/30 ML SUSP ORAL C/ SERINGA DOSADORA (GENÉRICO)	FRC	36	730,40	26.294,40
11	CILOSTAZOL 100MG C/ 60 CP (GENÉRICO)	CX	240	61,18	14.683,20
12	CIPROFIBRATO 100MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	180	38,82	6.987,60
13	CITALOPRAM 20MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	180	26,80	4.824,00
14	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG C/ 60 CP (GENÉRICO)	CX	144	59,79	8.609,76
15	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10MG C/ 30CP (GENÉRICO)	CX	200	28,75	5.750,00
16	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	200	21,34	4.268,00
17	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 20MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML (GENÉRICO)	FRC	60	68,51	4.110,60
18	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG 30 CÁPSULAS (GENÉRICO)	CX	240	78,60	18.864,00
19	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG 30 CÁPSULAS (GENÉRICO)	CX	360	139,83	50.338,80
20	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG C/ 30CP (GENÉRICO)	CX	240	50,63	12.151,20
21	COMBODART 0,5MG + 0,4MG 30 CÁPSULAS (ORIGINAL)	CX	100	176,81	17.681,00
22	CONCERTA 36MG 30 COMPRIMIDOS (ORIGINAL)	CX	84	496,18	41.679,12
23	DAFORIN 20MG / 20ML - (GENÉRICO)	FRC	180	81,27	14.628,60
24	DEPAKOTE ER 250MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	156,69	9.401,40
25	DEPAKOTE ER 500MG 60 CP (ORIGINAL)	CX	80	315,58	25.246,40
26	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG C/ 30 CP (GENÉRICO)	CX	72	39,48	2.842,56
27	DIOSMIN 500 MG 30 COMPRIMIDOS (ORIGINAL)	CX	360	79,55	28.638,00

28	DISFOR CAPS 40MG 30 CÁPSULAS (ORIGINAL)	CX	24	171,27	4.110,48
29	DIVALCON ER 500MG C/ 60 CP (ORIGINAL)	CX	100	170,40	17.040,00
30	DONILA 5MG CP 30 CP (GENÉRICO)	CX	60	73,12	4.387,20
31	DRUSOLOL CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 20MG/ML + MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML COLÍRIO 5ML (GENÉRICO)	FRC	60	116,89	7.013,40
32	ELIFORE 50 MG 28 CP (ORIGINAL)	CX	48	199,15	9.559,20
33	ELIQUIS 2,5MG 20 CP (ORIGINAL)	CX	110	150,27	16.529,70
34	ENTRESTO 24\26MG 28CP (ORIGINAL)	CX	84	234,74	19.718,16
35	ENTRESTO 97\103MG 60CP (ORIGINAL)	CX	60	503,07	30.184,20
36	ESCITALOPRAM 10MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	400	29,97	11.988,00
37	ESCITALOPRAM 20 MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	300	50,60	15.180,00
38	ETNA 1,0MG + 2,5MG + 1,5MG 50 CAPS (ORIGINAL)	CX	50	181,81	9.090,50
39	EXODUS 20MG/ML ORAL 15 ML (GENÉRICO)	FRC	24	117,41	2.817,84
40	FORXIGA 10MF 30 CP (ORIGINAL)	CX	600	269,45	161.670,00
41	FOSTAIR 200/6 MG COM 120 DOSES (ORIGINAL)	CX	60	289,30	17.358,00
42	GABAPENTINA 300MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	100	40,54	4.054,00
43	GALVUS 50 MG 28 CP (GENÉRICO)	CX	48	150,59	7.228,32
44	HIXIZIME 25MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	71,56	4.293,60
45	HORMUS 250MG SOL INJ -AMP 4ML (ORIGINAL)	AMP	3	638,92	1.916,76
46	INZELM 20MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	278,26	16.695,60
47	JANUVIA 25MG 28 CP (ORIGINAL)	CX	60	98,03	5.881,80
48	JARDIANCE 25MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	372,81	22.368,60
49	LAMOTRIGINA 100MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	60	55,79	3.347,40
50	LAMOTRIGINA 25MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	72	28,64	2.062,08
51	LUTAB 40 MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	15	517,80	7.767,00
52	MIRTAZAPINA 15 MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	72	69,71	5.019,12
53	MIRTAZAPINA 30MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	60	92,63	5.557,80
54	NESINA 25MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	36	212,87	7.663,32
55	NIMEGON 100MG 28 CP (ORIGINAL)	CX	40	392,06	15.682,40
56	OLANZAPINA 5MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	250	65,48	16.370,00
57	OSS FOR K MAG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	127,69	7.661,40
58	PARNATE 10MG 10 CP (ORIGINAL)	CX	120	57,26	6.871,20
59	PAROXETINA 20MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	120	27,04	3.244,80
60	PATANOL COL 1MG\ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL 5ML (ORIGINAL)	FRC	72	93,96	6.765,12
61	PREGABALINA 150MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	160	69,86	11.177,60
62	PREGABALINA 50MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	60	61,39	3.683,40
63	PREGABALINA 75MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	380	50,81	19.307,80
64	PROLIA 60MG SOLUÇÃO INJETÁVEL COM 1ML (ORIGINAL)	AMP	3	1.449,63	4.348,89
65	PROSSO 250 MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	100	242,19	24.219,00
66	PURAN T4 125MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	36	29,00	1.044,00
67	QUETIAPINA 25MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	300	29,17	8.751,00
68	RISPERIDONA 1 MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	330	22,52	7.431,60
69	RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML (ORIGINAL)	FRC	600	52,92	31.752,00
70	RISPERIDONA 2MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	420	28,52	11.978,40
71	RIVAROXABANA 15MG C/ 30CP (GENÉRICO)	CX	180	39,14	7.045,20
72	RIVAROXABANA 20MG C/ 30CP (GENÉRICO)	CX	240	51,16	12.278,40
73	RIVAROXABANA 2,5MG C/ 30CP (GENÉRICO)	CX	60	107,09	6.425,40
74	SERETIDE25/250MCG 120 DOSES ORIGINAL)	FRC	150	358,52	53.778,00
75	SERTRALINA 100MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	60	61,20	3.672,00
76	SERTRALINA 25MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	300	64,47	19.341,00
77	SLOW K 600MG 20 DRÁGEAS (ORIGINAL)	CX	180	22,60	4.068,00
78	STANGLIT 45MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	36	273,84	9.858,24
79	SUCCINATO DESVENLAFAXINA 100MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	150	83,72	12.558,00
80	SUCCINATO DESVENLAFAXINA 50MG 30 CP (GENÉRICO)	CX	150	72,54	10.881,00

81	TAPAZOL 10MG 100 (ORIGINAL)	CX	60	88,08	5.284,80
82	TORVAL CR 500MG 60 CP (ORIGINAL)	CX	36	177,37	6.385,32
83	TRIMBOW SPRAY 100/6/12,5MCG 120 DOSES (ORIGINAL)	FRC	24	545,47	13.091,28
84	URBANIL 20MG 20 CP (ORIGINAL)	CX	60	40,60	2.436,00
85	VATIS 300MG 60 CP (ORIGINAL)	CX	12	205,97	2.471,64
86	VENLAFAXINA 150MG 30 CAPS (GENÉRICO)	CX	60	83,53	5.011,80
87	VENLAFAXINA 37,5MG 30 CAPS (GENÉRICO)	CX	220	40,54	8.918,80
88	VENVANSE 30MG 28 CAPS (ORIGINAL)	CX	12	567,93	6.815,16
89	VENVANSE 70MG 28 CAPS (ORIGINAL)	CX	40	688,69	27.547,60
90	ZIMIEX 10 MG 30 CP (ORIGINAL)	CX	24	82,33	1.975,92
1.215.962,54					

1.2 Da Classificação dos bens

O(s) produto(ns) objeto dessa contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Art.20, §1º, da Lei Federal 14.133/2021.

1.2.1. O(s) produto(ns) objeto desta contratação é (são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

1.2.2. O(s) produto(ns) a serem adquiridos foram parcelados, na forma do art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, tendo em vista a viabilidade técnica e econômica.

1.3 Da Contratação

1.3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período nos termos no artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.3.2. A Ata poderá sofrer alterações conforme artigos 124 e 134 da Lei Federal 14.133/2021 e demais dispositivos legais que versam sobre a temática.

1.4 Da Estimativa da Contratação

O valor estimado de contratação foi aferido com base no artigo 23, §1º, da Lei Federal 14.133/2021, e se encontra no valor de **R$ 1.215.962,54**(um milhão, duzentos e quinze mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Justificativa de aquisição de objeto

A abertura de processo licitatório para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica e para utilização no posto de saúde é uma medida indispensável para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento à saúde da população. Esta iniciativa também reforça o compromisso da administração pública com a transparência, a eficiência e a justiça social. A Secretaria de saúde desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar da população, sendo responsável pela dispensação de medicamentos essenciais para o

tratamento de diversas patologias. A demanda por medicamentos da farmácia básica vem crescendo, especialmente entre os pacientes atendidos pela assistência social, que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para obter esses tratamentos. A aquisição de medicamentos por meio de processo licitatório assegura que o posto de saúde mantenha um estoque regular, evitando desabastecimentos que possam comprometer o atendimento à população. A continuidade no fornecimento de medicamentos é essencial para que o tratamento dos pacientes não seja interrompido, o que poderia agravar quadros clínicos e aumentar os custos para o sistema de saúde.

2.2 Justificativa da adoção do SRP

2.2.1 Aprimoramento da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, como especificações, alinhamento estratégico com o planejamento municipal e condições jurídicas para a contratação;

2.2.2 Otimização do esforço administrativo para a condução de vários processos licitatórios, resultando na execução conjunta que culmina em um único certame;

2.2.3 Realização de economia de escala, pois, ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria no fracionamento de certames;

2.2.4 Necessidade de aquisições frequentes, com contratações parceladas, de acordo com as necessidades que efetivamente se concretizem;

2.2.5 Inviabilidade, devido à natureza e destinação dos bens, de definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

2.3 Justificativa Legal

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante “referência aos estudos técnicos preliminares (ETP) correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas”.
Conforme previsto na Súmula 177 do TCU, a justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração. A Administração deverá observar a Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, justificando as quantidades a serem adquiridas em função do consumo do órgão e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: consumo do exercício anterior, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, implantação de setor, acréscimo de atividades, etc).
Portanto, deve contemplar:

a) a razão da necessidade da aquisição;
b) as especificações técnicas dos bens; e
c) o quantitativo de serviço demandado.

2.4 Da Natureza do Objeto

Os bens a serem contratados estão enquadrados na classificação de bens comuns, conforme estabelecido pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas regulamentadoras.
Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.
Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.
O artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. O Decreto nº 10.818, de 2021 regulamentou o tema, devendo as vedações nele estabelecidas serem respeitadas pelo administrador público.
Orientação Normativa AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde à obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária, impacto orçamentário e fonte, constam abaixo, conforme Art. 6º, XXIII, J, da Lei Federal 14.133/2021. Segue abaixo as informações:

Dotação	Fonte	Descrição	Valor R$
3.3.90.30.00.2.06.02.10.302.0006.2.0090	1.500.000	PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO	R$ 1.215.962,54

4. DAS DIRETRIZES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMIINAR (ETP)

4.1 Descritivo da solução considerando o ciclo de vida do objeto e ilustrativo dos itens
Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos.

4.2 Da necessidade de determinada marca
Não há a necessidade de marca

4.3 Da exigência de prospectos/manuais
O presente processo não possui necessidade de exigência de prospectos ou manuais.

4.4 Da subcontratação
Não é permitido subcontratações para o certame.

4.5 Da participação de consórcios
Não é permitido a participação de consórcios.

4.6 Da garantia da contratação
Não há necessidade de exigência de garantias para o certame.

5 DA ENTREGA DO OBJETO

5.1 Formas de fornecimento

O fornecimento do(s)produto(ns) será de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com necessidade de consumo da solicitante.

5.2 Condições da entrega

5.2.1. Para forma de entrega parcelada dos bens será de acordo com as necessidades e demandas da contratante.

5.2.2. O prazo máximo de entrega do(s) produto(ns) é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, que será enviada através de correio eletrônico e aplicativo de troca de mensagens virtuais.

5.2.3. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

5.2.4. O(s) produto(ns) deverá(ão) ser entregue(s) no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Jose Matias Cunha, SN, centro, CEP:36550-000, Coimbra-MG, no horário de 7 às 11 horas ou de 12 às 16 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, conforme especificado em e-mail enviado com a devida Autorização de Fornecimento (A.F).

5.2.5. O produto deverá ser acondicionado em embalagem original, identificada e rotulada de forma adequada, de acordo com a legislação vigente, devendo ele ser entregue na mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias ou estragos. Produtos danificados serão rejeitados.

5.2.6. Os produtos deverão ser transportados, descarregados e entregues no interior do local estipulado pela Contratante. Se necessário a contratada deve providenciar pessoas como equipe de descarga e armazenamento, sendo o transporte por conta e risco integral da contratada.

5.2.8. A Contratada responsabilizar-se-á pelo transporte dos materiais desde seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pela mão de obra por seu descarregamento e armazenamento sem ônus para a Contratante.

5.3 Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 427 de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 427 de 2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

7 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. O(s) produto(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a Autorização de Fornecimento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O(s) produto(ns) poderá(ão) ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos as contados do adimplemento, pelo Setor Municipal de Finança, contados após a emissão da nota fiscal e anexo de todo kit de documentos referente à compra.

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver), quantitativo efetivamente entregue, o número do empenho e os dados bancários.

7.2.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, obedecendo o tópico 7.2.2.

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.
7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal nº427/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio do processo realizado e por fiscal de Contrato, formalmente designado, nos termos do Decreto Municipal nº 427 e artigo 117 da Lei 14.133/2021.

8.1.2. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada e no prazo estabelecido pela TR, ao Contratado correspondente ao fornecimento do(s) produto(ns).

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento, e em caso de descumprimento, fica a contratante obrigada a aplicar as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2. Entregar o(s) produto(ns) de acordo com a(s) especificação(ções) constante(s) no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

9.1.4. Garantir a boa qualidade do(s) produto(ns) entregue(s).

9.1.5. Atender, no prazo máximo de 1 (um) dias útil, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho, ou dar recebimento por meio digital, no prazo máximo de 1 dia útil.

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.8. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

9.1.9. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

9.1.10. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato, estando passíveis à aplicação dos artigos 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021 em caso de inexecução parcial/total do vínculo contratual e descumprimento do contrato.

10 CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - Rotinas de Fiscalização

10.1.1 A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). As informações e indicações encontram-se no Documento de Formalização de Demanda (DFD) correspondente à aquisição.

10.2 - Fiscalização Técnica

10.2.1 O(a) fiscal técnico(a) da ata de registro de preços acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 427);

10.2.2 O(a) fiscal técnico(a) da ata de registro de preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.2.3 O(a) fiscal técnico(a) da ata de registro de preços comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.2.4 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do objeto para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.2.5 O(a) fiscal técnico(a) da ata de registro de preços deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.3 Fiscalização Administrativa

10.3.1 O(a) Fiscal administrativo(a) da ata de registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.3.4 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.3.5 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações as certidões apresentadas durante o certame, sendo exigidas de 12 em 12 meses para verificação e atualização na idoneidade da empresa.

10.4 Gestor do Contrato

10.4.1 O(a) gestor(a) da ata de registro de preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 427).

10.4.2 O(a) gestor(a) da ata de registro de preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 427).

10.4.3 O(a) gestor(a) da ata de registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 427/2023).

10.4.5 O(a) gestor(a) da ata de registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades

previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11 OUTRAS INFORMAÇÕES

Fazem parte desse Termo de Referência os anexos:

- DFD – Documento de Formalização de Demanda (anexo I)
- ETP – Estudo Técnico Preliminar (anexo II)
- Declaração de orçamentos
- Orçamentos
- Relatório de justificativa

_____
Raissa Araújo Morais
Diretora Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de Coimbra

_____
Katiuscia Sabrina Braga Tristão
Supervisora Administrativa
Prefeitura Municipal de Coimbra